

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado de São Paulo

Class.: 30

Data: 23 de Outubro de 1981

Pg.: _____

ESP
23.10.81
**Simpósio de geólogos
condena Grande Carajás**

**Da sucursal de
BELO HORIZONTE**

O Projeto Grande Carajás, "tal como foi proposto e está sendo executado pelo governo" foi "rejeitado" pelos geólogos, professores e estudantes que participaram do Simpósio sobre o Ensino de Geologia no Brasil, encerrado ontem, em Belo Horizonte. Em moção aprovada eles criticam a "forma autoritária" com que o governo vem conduzindo o projeto, "privilegiando os grandes grupos, multinacionais ou não", e conclamam "a sociedade brasileira e a comunidade de Geociências, em particular, a um amplo debate sobre o projeto, que leve a propostas de alternativas que atendam às necessidades maiores do povo brasileiro".

De acordo com a moção, o grande potencial de recursos minerais da região de influência dos Carajás "torna aquela área uma das mais estratégicas do planeta, não apenas pela diversidade e volume dos minerais, mas também por sua localização". "A explosão dos recursos minerais — diz o documento — vem sendo utilizada como forma de ocupação da Amazônia Oriental, privilegiando os grandes grupos,

multinacionais ou não, com isenções fiscais, tarifas subsidiadas de energia, incentivos diversos e investimentos maciços em infra-estrutura, cujo ônus recairá sobre o povo brasileiro."

Os participantes do simpósio afirmam, ainda, que pela forma como vem sendo executado pelo governo, o projeto prevê investimentos da ordem de US\$ 60 bilhões e volta-se, "principalmente, para a exportação de bens primários e semi-acabados, sem utilizar o potencial científico e tecnológico nacional".

POLÍTICA MINERAL

Outra moção aprovada pelos participantes do simpósio critica o rompimento, pelo DNPM, de cinco convênios que mantinha com cursos de Geologia no País, afirmando que o rompimento é "reflexo de uma política de falta de compromisso com o ensino e, também, como consequência de uma política mineral em execução, que praticamente elimina os levantamentos geológicos básicos no Brasil, dentro de uma política imediatista que compromete a geração de novas jazidas e o futuro provisãoamento dos bens minerais".